

[Malote Digital] URGENTE - REENCAMINHO OFÍCIO COMUNICANDO DECISÃO LIMINAR - HC

admin_malote@tjsp.jus.br <admin_malote@tjsp.jus.br>

Qui, 05/08/2021 17:50

Para: DELANO ROMAY FIEDLER <dfiedler@tjsp.jus.br>

2 anexos (191 KB)

ATT00001.htm; JD4-DDIPSP_SP_HC 684227_OFIC_82003.PDF;

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Superior Tribunal de Justiça Malote Digital Documento Encaminhado
DADOS DO DOCUMENTO: Documento: JD4-DDIPSP_SP_HC 684227_OFIC_82003.PDF Unid. Organizacional (inicial): Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal - (STJ) Funcionário (inicial): Domingos Savio Lima Encaminhado por: MARIA DE LOURDES PEREIRA DO RIO

Essa mensagem não deve ser respondida.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELANO ROMAY FIEDLER, protocolado em 05/08/2021 às 17:52 . Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 15233559-24.2021.8.26.0050 e código B22ED49.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 30020211522323

Nome original: JD4-DDIPSP_SP_HC 684227_OFIC_82003.PDF

Data: 05/08/2021 13:27:06

Remetente:

Domingos Savio Lima

Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal

Superior Tribunal de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Segue ofício com decisão liminar que solicita informações: (RESP. NA PÁGINA QUE
ABRIR APÓS CLICAR NO LINK DO RODAPÉ, BOTÃO "ENVIAR DOCUMENTOS" CANTO
REITO OU VIA MALOTE DIGITAL NO END.:STJ-PROTOCOLO JUDICIAL E ADMINISTRATIVO)

Ofício n. 082003/2021-CPPE

Brasília, 5 de agosto de 2021.

HABEAS CORPUS n. 684227/SP (2021/0245398-1)
RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
PROC. : 21758301420218260000, 15235592420218260050
ORIGEM
IMPETRANTE : AIRTON JACOB GONCALVES FILHO E OUTROS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO ROBERTO DA SILVA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhor Juiz(a),
De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Ministro(a) Relator(a) comunico a Vossa Excelência que foi deferido pedido de liminar, nos termos da decisão anexa.

Na oportunidade, solicito a Vossa Excelência **informações atualizadas e pormenorizadas**, nos precisos termos da decisão proferida.

Solicito, ainda, o envio de senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Esclareço a Vossa Excelência que as peças do processo poderão ser obtidas por meio do *link* (chave de acesso) constante do rodapé deste documento e as **informações requisitadas deverão ser prestadas por meio do mesmo link**.

Respeitosamente,

Domingos Savio Lima
Técnico Judiciário da Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(a) do DIPO 4 - Departamento De Inquéritos Policiais de São Paulo
Avenida Doutor Abraão Ribeiro , 313 Barra Funda
01133-020 São Paulo – SP – E-mail: dipo4@tjsp.jus.br

www.stj.gov.br
SAFS - Quadra 06 - Lt. 01 - Trecho III - CEP: 70095-900, Brasília - DF
PABX: (061) 3319-8000





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 684227 - SP (2021/0245398-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : AIRTON JACOB GONCALVES FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : AIRTON JACOB GONÇALVES FILHO - SP259953
 ANDRÉ LOZANO ANDRADE - SP311965
 FERNANDA PERON GERALDINI - SP334179
 MARCELLA MEIRA REZENDE - SP430964
 BRUNO GARCIA DE ALCARAZ IGLESIAS - SP449841
 MARIA ORSI CEMBRANELLI - SP451362
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO ROBERTO DA SILVA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **PAULO ROBERTO DA SILVA LIMA**, contra decisão do relator, que indeferiu a medida liminar na origem.

Colhe-se dos autos que o paciente, investigado pela suposta prática dos delitos de incêndio (art. 150 do Código Penal), associação criminosa (art. 288 do Código Penal) e adulteração de veículo automotor, teve a prisão temporária decretada em 27/07/2021, posteriormente prorrogada, por mais 5 (cinco) dias.

Neste *writ*, os impetrantes sustentam que: **a)** o paciente "é motoboy e ativista político, primário e sem antecedentes criminais" (e-STJ, fl. 5); **b)** "o paciente confirmou ter participado de ato político consistente na queima de pneus junto à estátua de Manuel de Borba Gato" e "a estátua em questão, cuja estrutura sequer restou comprometida após o incêndio, é localizada em uma praça no canteiro central, local aberto e isolado, de modo que a ação não colocou vidas em risco" (e-STJ, fl. 5); **c)** "tão logo as investigações preliminares passaram a apontar para indícios de autoria do paciente, este decidiu espontaneamente comparecer à 11ª Delegacia de Polícia e contribuir com as investigações, como de fato fez" (e-STJ, fl. 6); **d)** "a despeito de opiniões sobre a manifestação política realizada, é inequívoca a ilegalidade da prisão temporária nesse caso, decretada após o comparecimento espontâneo e colaboração efetiva do paciente" (e-STJ, fl. 6); **e)** "não estão presentes os requisitos para a prisão temporária" (e-STJ, fl. 8); **f)** "não há indícios de associação criminosa estável para a prática de mais de um crime (apenas um fato é investigado), afastando a aplicação da Lei 7.960/89e evidenciando a ilegalidade da prisão no caso concreto" (e-STJ, fl. 8); **g)** a "decisão utiliza como fundamento expresse o engajamento do paciente em movimentos sociais (que sequer guardam relação com o ato político realizado na estátua de Borba Gato), fato este que jamais poderia ensejar qualquer modalidade de prisão" (e-STJ, f. 10).

Pleiteiam a revogação da prisão temporária imposta ao paciente.

É o relatório.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF). Sobre o tema: AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJE 29/03/2019; AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA,

julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019.

Ademais, a concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, a ilegalidade no ato judicial impugnado.

In casu, passo à análise das razões de impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar, se for o caso, o processamento da presente ordem e o deferimento da medida liminar postulada.

Como é cediço, a prisão temporária, de natureza essencialmente acautelatória, possui como finalidade assegurar os resultados práticos e úteis da investigação de crimes graves, dentre os quais o delito de associação criminosa. Assim, ela é cabível quando for imprescindível para as investigações do inquérito policial ou quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade (incisos I e II do art. 1º da Lei n. 7.960/89), desde que haja fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos delitos listados naquele diploma (inciso III do art. 1º da Lei n. 7.960/89).

No caso dos autos, verifica-se que a prisão temporária do paciente foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"A decretação da prisão temporária depende do preenchimento de, no mínimo, um dos seguintes requisitos: a) imprescindibilidade da segregação cautelar para as investigações do inquérito policial; ou b) inexistência de residência fixa do averiguado ou ausência de elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

Ainda, preenchido um dos requisitos supra, o cabimento da prisão temporária sujeitar-se-á à existência de fundadas razões de autoria ou participação em um dos crimes elencados no artigo 1º, inciso III da Lei nº 7.960/89 (dentre os quais encontra-se o crime de associação criminosa).

Da análise dos argumentos e dos elementos informativos trazidos ao bojo dos autos, depreende-se que há fundadas razões a decretar a prisão temporária de PAULO e GÉSSICA, eis que preenchidos perfeitamente os requisitos supramencionados.

Cuida-se da prática, em tese, dos delitos de incêndio (art. 150, CP) e associação criminosa, tipificado no art. 288 do Código Penal (artigo 1º, inciso III, alínea 'I', da Lei nº 7.960/89). Ainda, há provas da materialidade do delito e indícios suficientes da autoria.

Com efeito, a materialidade do delito está demonstrada pelos Boletins de Ocorrência nºs. 3226/2021 (fls. 01-03) e 3229/2021 (fls. 04-10).

Noutro ponto, já nesta fase indiciária, há indícios suficientes da autoria delitiva dos representados nos crimes de incêndio e associação criminosa, em especial pelo fato de THIAGO ter sido contratado por meio da linha telefônica cadastrada em nome de GÉSSICA, oportunidade em que PAULO reconhecido fotograficamente por Thiago (fl. 66) teria solicitado o transporte dos pneus à região de Santo Amaro, passando a acompanhar o trajeto, tendo por fim auxiliado, junto a outra pessoa até então desconhecida, no carregamento e descarga. Chegando ao local, diversas pessoas já aguardavam os pneus para iniciar o incêndio.

Além da pluralidade de agentes, o vínculo associativo entre os envolvidos para prática de atos de vandalismo como forma de protesto é evidente, uma vez que Paulo se apresenta nas redes sociais como líder de um movimento denominado "entregadores antifacistas", propagando junto a Gessica manifestações de apoio ao crime em apuração.

Assim, tem-se que a detenção dos investigados é imprescindível para o prosseguimento das investigações, havendo a possibilidade de localização de objetos relacionados aos crimes e reconhecimento pessoal de Paulo, inexistindo medida cautelar menos gravosa aplicável ao caso." (e-STJ, fls. 54-55)

Extrai-se, ainda, da decisão que indeferiu o pedido liminar na origem:

"A liminar em Habeas Corpus é medida cautelar excepcional, cujos requisitos são *periculum in mora* e *fumus boni iuris*, ausentes no caso em tela, uma vez que não se pode apontar, de imediato, ato praticado pela autoridade impetrada, a demonstrar constrangimento ilegal imposto ao ora paciente, posto que a decisão que decretou a sua prisão temporária restou bem fundamentada, notadamente levando-se em conta que o ora paciente teria sido o responsável por contratar o frete para o local dos fatos, além do fato de que ele estaria engajado em diversos movimentos sociais, exercendo 'cargo de liderança' no grupo 'Motoboy Antifascistas', estando pois, referida decisão acostada a fls. 39/47, isenta de nulidade ou arbitrariedade sanável em sede de liminar. A princípio, não há se falar em tratamento desigual entre os investigados, levando-se em conta o teor dos interrogatórios colhidos na delegacia, acostados a fls. 16/19 (Danilo) e 20/24 (paciente)." (e-STJ, fls. 25-26)

In casu, verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento desta impetração e o pronunciamento antecipado desta Corte, com o deferimento da liminar pleiteada, pois, embora as instâncias ordinárias tenham afirmado haver fundadas razões de participação do paciente em crime que, em tese, permite o decreto da prisão temporária, não restou evidenciado nenhum fato concreto apto a demonstrar a imprescindibilidade da prisão do paciente para o curso das investigações, já que ele se apresentou espontaneamente à autoridade policial, prestou esclarecimentos acerca do crime de incêndio, confessando a prática delitiva, possui residência fixa e profissão definida (motoboy).

Corroborando este entendimento, os seguintes precedentes desta Corte:

"HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FALSIDADE, PECULATO, PREVARICAÇÃO, CORRUPÇÃO E FRAUDE A LICITAÇÃO. PRISÃO TEMPORÁRIA DOS INVESTIGADOS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. TESE DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO EM PARTE, PARA CONFIRMAR A LIMINAR E REVOGAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR.

1. O encarceramento provisório do indiciado, como medida excepcional, deve estar amparado nas hipóteses taxativamente previstas na legislação de regência e em decisão judicial devidamente fundamentada.
2. O objetivo primordial da prisão temporária é o de acautelar o inquérito policial, procedimento administrativo voltado a esclarecer o fato criminoso e, por outra angulação, a servir de lastro à acusação.
3. O Desembargador do Tribunal a quo deixou de evidenciar situação concreta que ponha em risco o êxito da atividade investigatória, a ensejar o sacrifício temporário da liberdade dos suspeitos, daí a concessão de liminar para revogar a medida de coação e a necessidade de confirmar a decisão, no julgamento de mérito do habeas corpus.

[...]

5. Habeas corpus concedido em parte, para, ratificada a liminar, revogar o decreto de prisão temporária."

(HC 537.734/AM, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/10/2020, DJe 14/10/2020)

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO TEMPORÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ACRÉSCIMO DE FUNDAMENTOS PELA CORTE LOCAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. "A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de

caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF) que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 1º da Lei n. 7.960/1980, que dispõe sobre a prisão temporária" (RHC n.116.985/RJ, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJE 26/11/2019).

2. No caso, o decreto de prisão temporária se restringe a afirmar que há necessidade de realização de diligências e que a medida é necessária para o prosseguimento das investigações, sem nem sequer citar o delito ou mesmo as suas circunstâncias. Ademais, ao indeferir o pleito de revogação da decretação da custódia temporária, o Juízo singular limitou-se a afirmar: "mantenho a prisão temporária do acusado, acolhendo como razões de decidir a cota ministerial de fls. 149/150".

3. A alegação de que o recorrente encontra-se em local incerto e não sabido é acréscimo de fundamentação realizada pelo Tribunal local, o que é vedado na via do habeas corpus, meio impugnativo exclusivo da defesa concebido para proteger o direito ambulatorial dos jurisdicionados (precedentes).

4. Recurso ordinário provido para revogar a prisão temporária."

(RHC 119.230/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 19/12/2019)

"HABEAS CORPUS. PENAL. MITIGAÇÃO DO VERBETE SUMULAR N.º 691 DO STF. PARTICIPAÇÃO EM TENTATIVA DE FEMINICÍDIO. PRISÃO TEMPORÁRIA (LEI N.º 7.960/1989). AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS EXTRAÍDOS DOS AUTOS PARA JUSTIFICAR O RISCO AO INQUÉRITO POLICIAL EM CURSO (PERICULUM LIBERTATIS). LIMINAR DEFERIDA. EXTINÇÃO DA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. SUBSISTÊNCIA DO INTERESSE NO JULGAMENTO DESTE WRIT. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO, CONFIRMANDO A LIMINAR.

1. Consoante o posicionamento adotado pelos Tribunais Superiores, não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na Instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Esse entendimento está sedimentado na Súmula n.º 691/STF. Todavia, é assente a possibilidade de mitigação desse enunciado, em hipóteses excepcionais, quando emergir dos autos situação de flagrante ilegalidade.

2. No âmbito deste Superior Tribunal há reiteradas manifestações no sentido de que "[a] concessão de liminar per saltum, em decisão precária, não prejudica o julgamento de mérito do habeas corpus requerido a tribunal, a ser realizado em diferente grau de cognoscibilidade" (HC 449.024/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018).

3. Nos termos da Lei n.º 7.960/1989, são pressupostos para a prisão temporária o *fumus commissi delicti* (art. 1.º, inciso III) e o *periculum libertatis* (art. 1.º, inciso I ou II). Exige-se, portanto, fundadas razões de autoria ou participação em determinados fatos típicos investigados, dentre os quais o homicídio qualificado, quando imprescindível para o inquérito policial ou quando o investigado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

4. No caso, embora as instâncias ordinárias tenham consignado fundadas razões de participação (*fumus commissi delicti*) em fato típico que comporta a prisão temporária (homicídio qualificado), não evidenciaram a imprescindibilidade às investigações, requisito inerente à decretação da prisão temporária, revelada por meio da demonstração concreta de risco ao inquérito policial em curso (*periculum libertatis*),

não podendo ser apoiada em eventual omissão ou pela falta de colaboração do investigado.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, confirmando a liminar, para revogar a prisão temporária, sem prejuízo de nova decretação, se concretamente demonstrada sua imprescindibilidade."

(HC 503.446/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 07/10/2019)

"HABEAS CORPUS. FURTO, ESTELIONATO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO TEMPORÁRIA. PRESSUPOSTOS DO ART. 1º DA LEI N. 7.960/1989. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em salientar que o encarceramento provisório do indiciado, como medida excepcional, deve estar amparado nas hipóteses taxativamente previstas na legislação de regência e em decisão judicial devidamente fundamentada.

2. O art. 1º da Lei n. 7.960/1989 evidencia que o objetivo primordial da prisão temporária é o de acautelar o inquérito policial, procedimento administrativo voltado a esclarecer o fato criminoso, a reunir meios informativos que possam habilitar o titular da ação penal a formar sua opinio delicti e, por outra angulação, a servir de lastro à acusação.

3. O Juiz de Direito não se ateuve aos requisitos legais, pois deixou de apontar a imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações dos crimes de associação criminosa, furto e estelionato atribuídos inicialmente ao paciente, ou mesmo de evidenciar a imperiosidade do interrogatório do acusado, em tese não localizado pelas autoridades policiais.

4. Habeas corpus concedido para revogar a ordem de prisão temporária do paciente." (HC 400.390/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 06/06/2018)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. IMPRESCINDIBILIDADE ÀS INVESTIGAÇÕES NÃO DEMONSTRADA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Cabe prisão temporária quando esta for imprescindível para as investigações do inquérito policial, ou quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, e quando houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes que a lei lista, dentre eles o de homicídio.

2. Hipótese em que o Juiz de primeiro grau decretou a prisão temporária sem fundamentar adequadamente a medida. Limitou-se a referir a mencionar o dispositivo legal, sem motivar o julgado no que tange ao periculum libertatis, não logrando demonstrar de que maneira a reclusão do indiciado serviria para facilitar o trabalho da autoridade policial no curso da investigação.

3. Recurso provido para revogar a prisão temporária."

(RHC 58.306/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 27/05/2015)

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. RECEPÇÃO. PRISÃO TEMPORÁRIA. IMPRESCINDIBILIDADE ÀS INVESTIGAÇÕES NÃO DEMONSTRADA. ORDEM CONCEDIDA.

I. É inadmissível que a finalidade da custódia cautelar, qualquer que seja a

modalidade, seja deturpada a ponto de configurar antecipação do cumprimento de pena.

II. Ao decretar a prisão temporária, o magistrado deve demonstrar, efetivamente, quais obstáculos pretende impedir que o acusado possa causar ao trabalho da autoridade policial.

III. In casu, o decreto prisional carece de fundamentação idônea, com fatos concretos que evidenciem a imprescindibilidade do cerceamento da liberdade do acusado para o êxito das investigações.

IV. Ordem concedida."

(HC 187.869/MG, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 14/03/2011)

"HABEAS CORPUS. LIMINAR. INDEFERIMENTO. SÚMULA 691 DO STF. PRISÃO TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS E DE JUSTA CAUSA PARA A SEGREGAÇÃO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. CONHECIMENTO.

1. Sob pena de indevida supressão de instância, segundo orientação pacificada neste Superior Tribunal, é incabível habeas corpus contra indeferimento de medida liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

2. Constatado evidente constrangimento ilegal, decorrente da ausência de justa causa para a decretação da prisão temporária dos pacientes, impende o abrandamento do referido enunciado sumular, para se conhecer do writ.

PRISÃO TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

1. A privação da liberdade de qualquer pessoa antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória somente é possível em hipóteses excepcionais, expressamente previstas na Constituição Federal e regulamentadas pela legislação ordinária, nestas estando inserida a prisão temporária, prevista na Lei n. 7.960/89.

2. Não havendo na decisão judicial de primeira instância, nem na ora combatida, a indicação de fatos concretos que levassem à conclusão de que a segregação temporária mostrava-se necessária, e verificando-se que os pacientes, desde a instauração do inquérito policial, vêm colaborando para a elucidação dos fatos, evidente a ilegalidade da decretação da medida constritiva.

3. Ordem concedida para, confirmando a liminar proferida, revogar a prisão temporária dos pacientes."

(HC 134.977/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2010, DJe 15/03/2010)

Quero deixar registrado que não entendo ser desvestida de gravidade a conduta do paciente. A tentativa de reescrever a História depredando ou protestando contra monumentos, portanto patrimônio público — atualmente uma verdadeira onda pelo mundo —, deve ser repelida com veemência. Deve-se buscar fazer História (ou escrevê-la, ou até tentar reescrevê-la) com conquistas e avanços civilizatórios, pela educação e pela luta por direitos, mas dentro das balizas da ordem jurídica e da democracia.

Entretanto, no caso concreto, como visto, não há razões jurídicas convincentes e justas para manter essa prisão, conforme a legislação em vigor e a jurisprudência torrencial desta Casa. A decretação desse encarceramento, a meu sentir, parece ter se preocupado mais com o movimento político de que o paciente participa — atividade que, em si, não é, em princípio, ilegal —, do que com os possíveis atos ilícitos praticados por ele, que até os confessou à autoridade policial a que espontaneamente se apresentou.

Ante o exposto, **defiro o pedido liminar** para revogar a prisão temporária imposta ao

paciente, sem prejuízo da decretação da prisão preventiva e/ou medidas cautelares diversas (arts. ^{fls. 246} 312 e 319 do CPP), desde que devidamente fundamentadas.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de Primeira Instância, solicitando-lhes que prestem informações.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de agosto de 2021.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator